

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.893 - SP  
(2019/0104184-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : SERGIO AUGUSTO CATALDO**  
**EMBARGANTE : LUIGI ANTONIO CATALDO**  
**EMBARGANTE : PAULO EDUARDO CATALDO**  
**EMBARGANTE : ELAINE ARANTES THIBES CATALDO**  
**EMBARGANTE : CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS CATALDO LTDA**  
**ADVOGADO : GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR - SP170162**  
**EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301**  
**MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021**  
**RAFAELA FIGUEIREDO JORGE - SP377458**  
**BIANCA DE AGUIAR FERREIRA - SP379843**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por SERGIO AUGUSTO CATALDO E OUTROS à decisão de fls. 140/141, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

No caso em tela entendeu esse D. Juízo pelo não conhecimento do recurso em tela, por considerar haver irregularidade processual, em razão de não ter sido acostado aos autos do recurso a cadeia completa de procuração e/ou substabelecimentos conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Gilberto de Jesus da Rocha Bento Júnior.

[...]

Ocorre que, no caso em tela o recurso de agravo de instrumento foi interposto na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual EXPRESSAMENTE dispõe acerca da desnecessidade de instruir o recurso de agravo com as peças que anteriormente eram obrigatórias (dentre elas a procuração das partes), quando se tratar de processo ELETRÔNICO, vejamos:

“...

§ 5º Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

No caso em tela trata-se o processo originário é eletrônico, razão pela qual, o recurso de agravo de instrumento foi interposto sem qualquer documento o instruindo, exatamente conforme preceitua a atual legislação processual, portanto, não pode o Embargante ser no momento prejudicado em razão da falta das referidas peças processuais, em inteligência a atual legislação processual (fls. 145, 146).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que

# Superior Tribunal de Justiça

seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, a parte recorrente, no momento da interposição do recurso, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do recurso especial, Dr. Gilberto de Jesus da Rocha Bento Júnior.

Entretanto, o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/3/2016, já sob a égide do novo *codex* processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Dessa forma, nos termos do art. 76, c/c o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, foi intimada a parte recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Mesmo diante da intimação da parte, não houve a devida regularização, uma vez que a representação não foi devida e oportunamente regularizada.

Registre-se que a dispensa da juntada de procuração em processos eletrônicos, prevista no art. 1017, §5º do CPC, se aplica à interposição do agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça, ou seja, a dispensa está voltada ao primeiro e segundo graus de jurisdição, tendo em vista que, a princípio, compartilhariam o mesmo sistema eletrônico.

No caso, a referida dispensa não se estende ao STJ, cabendo à parte

# *Superior Tribunal de Justiça*

providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos quando da interposição de recurso a esta Corte.

Assim, não tem o condão de sanar tal vício a alegação da existência de procuração em autos principais, pois cabe à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos onde pretende interpor o recurso. A responsabilidade pelo traslado do instrumento é da parte.

Ademais, conforme já mencionado, foi dada a oportunidade, nesta Corte, da parte regularizar o vício, e, apesar disso, não houve a regularização.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente